

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 01 de setembro de 2023 às 07h56*  
*Seleção de Notícias*

## Correio Braziliense | BR

Patentes

<b>Mercado S/A</b> .....	<b>3</b>
--------------------------	----------

MERCADO S/A

## O Globo Online | BR

31 de agosto de 2023 | Entidades

<b>Governo anuncia R\$ 66 bilhões para inovação com 'menor taxa de juros da história'</b> .....	<b>5</b>
---	----------

ÚLTIMAS NOTÍCIAS | AUTOR | JULIANA CAUSIN

## Agência Senado | BR

31 de agosto de 2023 | Entidades

<b>CCT aprova benefícios tributários a empresas que investem em inovação</b> .....	<b>6</b>
--	----------

NOTÍCIAS

## Jota Info | DF

31 de agosto de 2023 | Pirataria

<b>Como tributação excessiva pode contribuir para o mercado ilegal no Brasil</b> .....	<b>7</b>
--	----------

ARTHUR GUIMARÃES | KALLEO COURA | BÁRBARA MENGARDO | CAROLINA INGIZZA

## Migalhas | BR

31 de agosto de 2023 | Marco regulatório | INPI

<b>Licks promove, em evento, a importância da proteção a patentes</b> .....	<b>10</b>
---	-----------

## Mercado S/A

### MERCADO S/A

R\$ 168 bilhões

é quanto o governo federal precisa de receitas extras para cumprir a meta de zerar o déficit primário em 2024, segundo a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Isso explica as diversas medidas anunciadas nos últimos dias para aumentar a arrecadação

Empresa aérea da República Dominicana estreia no Brasil

Depois de certa paralisia, o setor aéreo brasileiro volta a atrair a atenção de companhias estrangeiras. A novidade agora é a chegada ao Brasil da Arájet, empresa low cost (de baixo custo) da República Dominicana. Serão três voos semanais diretos entre São Paulo e Santo Domingo, com preços a partir de US\$ 400, ou cerca de R\$ 2 mil, e estreia prevista para 21 de setembro. Trata-se de uma alternativa para destinos estrelados do Caribe - Punta Cana fica a duas horas de ônibus de Santo Domingo.

Atraso no registro das **patentes** freia crescimento econômico

O Ministério do Desenvolvimento anunciou, recentemente, a criação de um grupo de trabalho para discutir meios de reduzir o tempo para o **registro** de patentes no Brasil. Já era hora: de fato, trata-se de um gargalo que precisa ser combatido com a máxima urgência. Estudos mostram que o tempo médio para a concessão de uma **patente** no país é de seis anos, mas há casos que demoram uma década, ou até mais, a depender do setor. Nos Estados Unidos, as empresas não gastam mais do que dois anos. Na China, três, mas as autoridades querem reduzir o prazo pela metade. Até os vizinhos sul-americanos são bem mais ágeis - três anos no Chile e dois no Uruguai. A lentidão na demarcação de **patentes** afeta a produtividade das empresas e, portanto, freia o próprio crescimento econômico.

O que chama a atenção é o fato de o problema se arrastar por décadas, mas, até agora, as autoridades não fizeram nada para eliminá-lo. Resta saber se desta vez será diferente.

Viagens comerciais trazem bons ventos para a Azul

Maior companhia aérea brasileira em número de voos e destinos atendidos, a Azul registrou um crescimento de 22% no primeiro semestre nas viagens comerciais, importante termômetro para a aviação. Com isso, a demanda está prestes a alcançar patamares de 2019 e acima de 2022. No segundo semestre, período em que o volume de voos de negócios é sempre maior, os números tendem a ser ainda melhores. Outro indicador importante são as viagens realizadas para participação em eventos, que também decolaram.

Argentina sofre com debandada de grupos empresariais

A crise econômica na Argentina provocou, nos últimos anos, uma debandada de grandes grupos empresariais do país. Desde 2020, ao menos 50 corporações fecharam suas operações locais, conforme cálculo da consultoria First Capital. Entre 2022 e 2023, estima-se que 15 multinacionais tenham seguido o mesmo caminho. Há, inclusive, um exemplo brasileiro: recentemente, o Itaú Unibanco vendeu seus ativos na Argentina para o Banco Macro, por cerca de R\$ 250 milhões. O cenário está cada vez pior.

### RAPIDINHAS

- O sistema de trabalho híbrido - quando a jornada é dividida entre o escritório e o home Office - é um legado marcante da pandemia. Segundo levantamento realizado pela consultoria PwC, 38% dos profissionais brasileiros adotam o modelo. Ressalte-se que os avanços dos recursos tecnológicos foram vi-

Continuação: Mercado S/A

tais para a nova realidade.

- O banco suíço UBS quebrou uma marca histórica. No segundo semestre, seu lucro totalizou US\$ 29 bilhões - é o maior ganho contábil de todos os tempos para uma instituição financeira. Os resultados foram turbinados pela compra, em março passado, do rival Credit Suisse. Com o negócio, o UBS passou a administrar US\$ 5 trilhões em ativos.

-

Não existe planeta B"

Ban Ki-moon, *ex-secretário-geral* das Nações Unidas, sobre os riscos trazidos pelas mudanças climáticas

- A temporada 2022/2023 de cruzeiros foi uma das mais fortes dos últimos anos. Um levantamento da Fundação Getulio Vargas, em parceria com Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil), identificou a geração de cerca de 80 mil empregos no período, resultado 3,5 vezes superior ao da temporada anterior.

- Enquanto os principais destinos turísticos desfrutam da retomada das viagens no pós-pandemia, os Estados sofrem com a queda surpreendente do número de visitantes. No ano passado, os turistas estrangeiros gastaram US\$ 99 bilhões no país. Para efeito de comparação, em 2019, antes da covid-19, foram US\$ 181 bilhões.

# Governo anuncia R\$ 66 bilhões para inovação com 'menor taxa de juros da história'

## ÚLTIMAS NOTÍCIAS

O governo vai liberar R\$ 66 bilhões em linhas de financiamento para inovação, com recursos do BNDES, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O anúncio foi feito nesta quarta-feira, em São Paulo, em evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Do total de financiamento, R\$ 16 bilhões são não reembolsáveis. A linha de crédito terá juros nominais de 4% ao ano, a menor já praticada no país para financiamentos na área, com até 16 anos para pagamento e quatro meses de carência. Para projetos de inovação, o BNDES praticava juros entre 13% e 15%.

Os aportes serão feitos até 2026 e os projetos já podem ser apresentados pelo setor privado. As liberações começam a ser concedidas até o fim de setembro. O evento de apresentação do programa, chamado de Mais Inovação Brasil, aconteceu com presença ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, do diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES, Nelson Barbosa, e do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

- Esse é o menor juros da história, com juros nominais de 4%. Todos os recursos chegam a R\$ 66 bilhões - disse Alckmin. - Isso vai dar um grande impulso para alavancarmos a indústria.

O programa terá R\$ 20 bilhões de linha de crédito do BNDES e R\$ 41 bilhões via MCTI, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), além de aporte da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e da Financiadora de Estudos e Projetos (**Finep**).

- Esse é o maior programa de inovação que já tivemos no Brasil - afirmou o ex-ministro do governo Dilma, Nelson Barbosa, aos empresários. - Estamos retomando o papel do BNDES na inovação.

São seis eixos de investimento: pesquisa, desenvolvimento e inovação na indústria; meio ambiente, mudança do clima, resíduos sólidos e recursos hídricos; investimento em plantas industriais com processo não existente no Brasil; difusão tecnológica, que inclui aquisição de máquinas e equipamentos com tecnologias inovadoras; contratação de serviços tecnológicos; e apoio à transformação ao ambiente digital e os parques tecnológicos.

- Os investimentos em ciência criam um ciclo virtuoso no qual o conhecimento produzido significa mais inovação, empresas mais produtivas e uma economia mais competitiva. A nova política industrial deve estar apoiada na inovação - disse a ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos.

## CCT aprova benefícios tributários a empresas que investem em inovação

### NOTÍCIAS

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCT) aprovou o PL 2.838/2020, que concede benefícios tributários para empresas investidoras em pesquisa, desenvolvimento e inovação através da Lei 11.196, de 2005, a chamada "**Lei** do Bem". Do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), a proposta teve como relator o senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP). Ele inseriu emenda prevendo isenção total

para bens industrializados utilizados nos projetos de inovação e a possibilidade de dedução, para as empresas, dos gastos empregatícios com mestres, doutores e pós-doutores.

A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## Como tributação excessiva pode contribuir para o mercado ilegal no Brasil

Foto: Unsplash

Este conteúdo foi pautado e editado pelo patrocinador.

O montante do prejuízo causado pelo mercado ilegal foi, no ano passado, de R\$ 410 bilhões estimados em evasão fiscal e perdas da indústria, considerando que, por estar à margem, este mercado não contribui com impostos. É o que calcula o balanço anual do Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP).

Entre os produtos mais consumidos por meio do comércio ilegal, está o cigarro. Um dos motivos que explicam a elevada busca pelo produto no mercado paralelo é justamente o alto custo. Por isso, uma das consequências indesejáveis que a tributação, se não for bem calibrada e elevar demais os preços, pode acarretar é o fomento desse cenário, em vez de aumentar a arrecadação e inibir o consumo de certos itens.

Nessa linha, uma pesquisa do Instituto Ipec Inteligência encomendada pelo FNCP apontou que, em 2022, a ilegalidade respondeu por 41% de todos os cigarros consumidos no Brasil. Desse total, 80% são resultado de contrabando, advindo principalmente do Paraguai, e o restante produzidos no Brasil por fabricantes conhecidas como "devedoras contumazes", isto é, aquelas que baseiam seu modelo de negócios na evasão de impostos.

Por conta desse desvio para o comércio ilegal com o aumento de preços, o tributo acaba não se revertendo no aumento do recolhimento de impostos para os cofres públicos. Assim, o imposto mais caro para cigarros foi responsável pela queda de 1,4% ao ano no recolhimento e pelo aumento da participação do mercado ilícito do produto no Brasil entre 2012 e 2021, de acordo com análise dos economistas e pesquisadores Mario Antonio Margarido, Pery Shikida e

Daniel Komesu.

Na mesma época, a participação do mercado ilícito do produto cresceu 8,8% ao ano. Apesar da maior incidência de tributos sobre os cigarros no período - um aumento de 67% no período de janeiro de 2012 a setembro de 2021 -, o que se observou foi, na realidade, uma queda na arrecadação a partir de 2014. Nos últimos 11 anos, por exemplo, a evasão fiscal provocada pelo contrabando de cigarros foi de R\$ 94 bilhões.

Esse quadro chama atenção no momento atual do país, que busca novas fontes de arrecadação para dar conta de um déficit orçamentário e discute a reforma tributária, aprovada na Câmara dos Deputados e atualmente sob apreciação do Senado.

Além da substituição de cinco impostos pelo modelo de IVA dual, a PEC 45/2019 prevê um Imposto Seletivo. De acordo com o texto, ele incidirá sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente - o rol de produtos e as alíquotas ainda estão indefinidos, dependendo de uma lei complementar que assente a questão.

Na prática, ele substitui o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Hoje, esse imposto se soma ao ICMS, cobrado pelos estados. Os produtos com tributação extra via IPI, como é o caso dos cigarros, são alguns dos bens que devem receber esse segundo tributo seletivo, adicional ao IVA.

Atualmente, o modelo que está em exercício é resultado da política tributária que, em 2012, aumentou o IPI dos cigarros e definiu um preço mínimo de venda no varejo. Paralelamente, a participação do comércio ilegal de cigarros no mercado brasileiro passou de 39% em 2015 para 57% em 2019, ano da menor arrecadação, marcando R\$ 7 bilhões, segundo a avaliação de Komesu, Margarido e Shikida.

Continuação: Como tributação excessiva pode contribuir para o mercado ilegal no Brasil

O presidente do FNCP, Edson Vismona, defende porque o momento atual é crítico para a relação entre tributos e o mercado ilegal. A preocupação dele é que um aumento sobre a atual carga tributária, em vez de desincentivar o consumo, fortaleça o contrabando e a **pirataria**.

"O preço de todo produto é diretamente afetado pela tributação. Dessa forma, a reforma tributária não pode significar de forma alguma aumento de tributos que oneram ainda mais os preços dos produtos fabricados legalmente", explica Vismona.

E complementa: "se isso acontecer é inevitável: a competitividade do ilegal, do contrabando, do pirata, vai ser incentivada, porque ele vai ter um preço ainda mais baixo em comparação com o legal, atraindo o consumidor". Para ele, o Senado tem nas mãos, com a reforma tributária, a oportunidade de modular os impostos sobre setores que mais lidam com o contrabando.

As consequências do comércio ilegal de produtos contrabandeados, particularmente de cigarros, são significativas e, conforme comenta Lis Aguilera, advogada tributarista do escritório Brigagão, Duque Estrada Advogados, vão além da diminuição na arrecadação de tributos.

"Outras consequências incluem a oferta desse produto a preços reduzidos, facilitando o consumo, especialmente entre os mais jovens; a ausência de controle de qualidade, já que os cigarros contrabandeados não são fiscalizados e não se pode determinar sua origem ou conformidade com os padrões da **Anvisa**; e impactos na competitividade em relação às empresas que cumprem com suas obrigações tributárias", elenca.

A tributação do cigarro e de outros produtos nocivos à saúde segue diretrizes de acordo com as especificações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para desestimular o consumo do produto. A ideia é que a tributação de produtos que geram im-

pactos sanitários negativos também colabore para cobrir os gastos públicos decorrentes do uso - já que haverá, no longo prazo, aumento dos custos em com internações e tratamentos, por exemplo.

Contudo, Mario Antonio Margarido, doutor em Economia Aplicada e Senior Partner e líder de Econometria da consultoria Pezco Economics, explica porque essa lógica nem sempre funciona da forma esperada para reduzir o consumo ou aumentar a arrecadação.

"O cigarro é um produto que apresenta alta fidelidade aos olhos do consumidor. A partir de 2012, o governo brasileiro passou a adotar uma política tributária com a elevação de alíquotas para o cigarro, isso elevou o preço ao consumidor ao longo dos últimos anos. Em um mundo perfeito, onde não há um produto substituto, essa é uma política correta", explica.

Segundo ele, agora, o cigarro passou a ter um produto substituto, o cigarro ilícito. Em função da alta fidelidade do consumidor ao item, em vez de ele parar de comprar o produto, ele passa a buscar no mercado ilegal.

A advogada Lis Aguilera complementa ainda essa problemática: "É possível afirmar que há uma relação direta entre a tributação e o aumento de produtos comprados ilegalmente, porque os tributos compõem o custo na formação de preços. No caso dos cigarros, tão prejudiciais para a saúde da população, essa extrafiscalidade visa desestimular o consumo desses produtos com uma considerável elevação de sua carga fiscal".

Porém, quando a tributação se torna muito excessiva, pode acontecer o estímulo do comércio ilegal dos produtos prejudiciais, o que precisa ser levado em conta. "Essa consequência é um aspecto negativo da extrafiscalidade sobre os cigarros e ilustra como a tributação pode, paradoxalmente, promover o comércio ilegal", diz.

Continuação: Como tributação excessiva pode contribuir para o mercado ilegal no Brasil

Por isso, seriam necessárias ainda outras medidas para a diminuição do contrabando, que não param na política tributária. Isso passa pelo fortalecimento da fiscalização e controle de fronteiras; estabelecimento de penalidades mais rigorosas; cooperação entre as indústrias legalizadas e autoridades fiscais, implementação de sistemas tecnológicos de rastreabilidade, entre outras iniciativas coordenadas e integradas.

Além da queda na arrecadação e nos riscos ao consumidor, os impactos da elevação do mercado ilegal são observados também na competitividade da indústria nacional regular, que contribui com impostos. "O criminoso vende não pagando impostos, e com isso ele é muito favorecido no mercado em comparação com o legal, que paga impostos e arca com

todos os custos de uma produção legal dentro do Brasil, que não são poucos", diz o presidente do FNCP.

As perdas com contrabando somaram R\$ 410 bilhões em 2022 no Brasil, segundo o FNCP. Esse valor soma as perdas registradas por 14 setores industriais (como vestuário, combustíveis e bebidas) e a estimativa dos impostos que deixaram de ser arrecadados, na casa de R\$ 130 bilhões. "Esse cenário merece toda atenção do poder público no sentido de não darmos mais vantagens para esse comércio ilícito", diz Vismona

Bárbara Mengardo Kalleo Coura

## Licks promove, em evento, a importância da proteção a patentes

Evento Licks promove, em evento, a importância da proteção a **patentes** I Seminário sobre a Proteção da Inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação reúne especialistas internacionais. Da Redação quinta-feira, 31 de agosto de 2023 Atualizado às 17:28 Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

Os caminhos para o crescimento do Brasil em uma economia mais industrializada e protegida deram o tom do "I Seminário sobre a Proteção da Inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação", realizado no dia 23/8. O evento, organizado pelo Licks Attorneys, abordou temas importantes não só para a área de **patentes**, mas para o próprio desenvolvimento do Brasil.

Ao abrir o seminário no Rio de Janeiro, Otto Licks, sócio do escritório, destacou a relevância da Coppe (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia) da UFRJ, para o sistema de patentes do Brasil. "No rol das valiosas contribuições da Coppe para o país, deve-se incluir a importante tarefa de traduzir o desenvolvimento tecnológico e o escopo da sua proteção pelo sistema de patentes brasileiro para os membros do Poder Judiciário. É uma honra e um prazer contar com a Coppe nesse evento hoje".

Otto Licks (Imagem: Divulgação)

O professor titular do programa de engenharia elétrica da Coppe, professor Ph.D. Paulo Diniz, abriu a primeira apresentação direto do Canadá. Ele ressaltou a importância do desenvolvimento de um ecossistema de respeito às patentes para o crescimento econômico e de investimentos no **INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial)** e em órgãos reguladores. Ao abordar as dificuldades dos pequenos inventores, Diniz estimulou parcerias com empresas que negociam licenças: "Assim, poderemos recolher os recursos oriundos dessas licenças e até alimentar o ecossistema para investir em novos inventores".

O painel "Desenvolvimento e licenciamento de tecnologias inovadoras" contou com a moderação de Rodolfo Barreto, sócio do Licks Attorneys, que destacou o perfil técnico dos quatro painelistas, chamados de "orgulhos nacionais com renome internacional". Ícaro Leonardo da Silva, diretor de **Patentes** da empresa de telecomunicações Ericsson na Suécia, reconhecido nacional e internacionalmente como um dos inventores do 5G, elencou o esforço de pesquisa e desenvolvimento de ecossistemas eficientes para que a tecnologia possa ser utilizada pela sociedade.

A "linha do tempo", segundo Ícaro da Silva, aponta que todo esse trabalho se repete com foco no 6G, que ainda não existe mas que ocupa as "complexas discussões técnicas em busca de soluções". Afirmou que, para não perder relevância no mercado internacional, o Brasil "precisa entender que é preciso defender os direitos das patentes".

Especialista em Pesquisa da Nokia, na França, André Noll Barreto, Ph.D, mestre pela PUC-Rio com doutorado na Alemanha, apresentou seu blog, o "5G Descomplicado", com a história do processo de desenvolvimento rumo ao 5G. Ele lembrou que os investimentos em pesquisa básica são, em geral, estatais, mas que, em algum momento, as empresas começam a se interessar, investir, gerar sistemas, **patentes** e, finalmente, o produto "De cada 100 tecnologias que a gente começa a investir porque parecem promissoras, só cerca de 10% chegam a ser aplicadas em produtos".

André mencionou, ainda, que o Brasil tem o 8º maior PIB do mundo (Produto Interno Bruto), mas está em 25º lugar em **patentes**. "Tem alguma coisa errada. A gente produz ciência mas não consegue transformar isso em propriedade intelectual, em produtos e riqueza para o país".

Continuação: Licks promove, em evento, a importância da proteção a patentes

O professor Ph.D Marcello Campos, vice-diretor da Coppe, disse que "o modelo brasileiro" não o agrada e chamou a atenção para a "fuga de cérebros" do país. "Nossa participação (no mercado) é secundária, na melhor das hipóteses", pontuou. O contexto não favorece a que "brasileiros que têm cérebros valorizados por empresas de ponta fiquem aqui".

Luciano Mendes, Ph.D, coordenador da Comissão de Pesquisa e Casos de Uso do Projeto 5G Brasil, Inatel-Embrapii, com doutorado na Unicamp e pós-doutorado na Alemanha, falou sobre a criação do projeto Brasil 6G. "A Inatel está tentando operacionalizar o Centro de Competência em rede 5G e 6G, criando ambiente para que tenhamos os mecanismos para fazer as inserções dos conhecimentos, levar as patentes para o mercado internacional e fazer parte deste universo específico", contou.

O segundo painel foi dedicado à apresentação do estudo "Radar Tecnológico - Tecnologia 5G: Panorama do Patenteamento no Mundo e no Brasil" pelos pesquisadores Cristina Mendes e Daniel Dias, ambos do **INPI**. A moderadora, Elvira Andrade, engenheira de telecomunicações e especialista em **Patentes** do Licks Attorneys, destacou que a tecnologia 5G está no centro do processo de transformação digital, com grande potencial disruptivo em diversos setores, devendo ser a chave para a quarta revolução industrial.

Dias ressaltou que há uma maior participação de empresas chinesas nas discussões envolvendo a tecnologia 5G. Cristina Mendes, completou: "Nosso objetivo com esse estudo é ser uma fonte de informação tecnológica no Brasil para pessoas que estão trabalhando nessas áreas e possam, inclusive, evoluir nosso trabalho".

"Importância dos investimentos em inovação para o crescimento do Brasil"

O terceiro painel tratou da "Importância dos investimentos em inovação para o crescimento do

Brasil". Foi aberto pelo engenheiro Otávio Caixeta, da Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações. Assessor no Departamento de Investimento e Inovação, Caixeta detalhou as prioridades do Ministério e apresentou um cenário otimista da universalização do acesso à internet no país: "Temos 90% dos domicílios pelo menos com um usuário de internet", apontou. Ele falou sobre o grupo de trabalho do governo para elaborar um plano de inclusão digital e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que vai priorizar a conexão com qualidade em 58 mil unidades básicas de saúde e nas 138 mil escolas públicas do ensino básico, além de cobrir 36 mil quilômetros de rodovias federais.

"O setor privado tem um papel importante. Este é um interesse compartilhado nosso, peço apoio a essa causa", disse Caixeta, defendendo um esforço para produzir tecnologia no Brasil. "Queremos o aumento da nossa eficiência, da produtividade, que foi paralisada há décadas, para o cidadão ter uma vida melhor". E defendeu a proteção de **patentes** ao dizer que "uma coisa é usufruir da inovação no papel de usuário, outra coisa é ser dono dela, que é muito melhor".

O seminário foi concluído com a apresentação do presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, que é do Conselho Superior de Inovação e Competitividade da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Barbato se disse orgulhoso do fato de seu setor ser o que mais obtém **patentes** no **INPI** e lamentou o tempo em que, segundo ele, era considerado "pecado mortal falar em política industrial no Brasil". Todos os associados na área de TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação), segundo ele, usam a Lei de Informática como mecanismo para o desenvolvimento tecnológico, não no sentido da reserva de mercado, mas de uma "política industrial bem definida, que dê segurança jurídica". Sem essa política, explicou, o Brasil teria muito menos investimento do que já tem. O setor representado pela Abinee é o único, de acordo com Barbato, que investe 4% do faturamento em

Continuação: Licks promove, em evento, a importância da proteção a patentes

pesquisa e desenvolvimento, enquanto a indústria de transformação não chega a 2%.

Sem uma legislação de propriedade intelectual que dê segurança jurídica aos inventores, afirmou o dirigente da Abinee, "nosso país vai ficar colocando recursos, e essas mesmas empresas vão registrar seus inventos fora". Barbato apontou para a importância de medidas céleres do Poder Judiciário para coibir a infração de direitos de **patentes**. Ademais, não ga-

rantir ao **INPI** recursos para capacitar o Instituto a absolver as demandas da indústria que investe em pesquisa e desenvolvimento seria, segundo ele, "o maior erro que poderíamos cometer". O **INPI**, em sua avaliação, "diminuiu de maneira importante o tempo para analisar pedidos de **patentes**, mas precisamos continuar melhorando nesse ritmo".

## Índice remissivo de assuntos

**Patentes**

3, 10

**Entidades**

5, 6

**Pirataria**

7

**Marco regulatório | INPI**

10